



***A DESNATURALIZAÇÃO DA IDEIA DE TRANSIÇÃO: DIÁLOGOS
ENTRE A PSICOLOGIA E A FILOSOFIA SOBRE A ADOLESCÊNCIA E
GÊNERO***

***LA DESNATURALIZACIÓN DE LA IDEA DE TRANSICIÓN: DIÁLOGOS
ENTRE PSICOLOGÍA Y FILOSOFÍA SOBRE ADOLESCENCIA Y GÉNERO***

***THE DENATURALIZATION OF THE IDEA OF TRANSITION:
DIALOGUES BETWEEN PSYCHOLOGY AND PHILOSOPHY ON
ADOLESCENCE AND GENDER***



*Diogo Fagundes Pereira*¹

RESUMO

Esse dossiê objetivou apontar como a ideia de adolescência é resultado de uma construção social e cultural, e advertir sobre o perigo de uma obrigatoriedade de passagem para a vida adulta, que acometem todos os sujeitos pós infância. Paralelo a isso, esse texto buscou desnaturalizar a identificação de gênero, por revisão de literatura, pautado em obras do Philippe Àries e Neil Postman, “História social da criança e da família (1981) e o Desaparecimento da infância (1999), respectivamente” para pensar a ideia de adolescência, assim como com as obras de Judith Butler e Paul Preciado: “Desfazendo Gênero (2004) e Eu sou o monstro que vos fala (2022), respectivamente” para discutirmos a ideia de gênero. Buscando um diálogo que possa transgredir a hegemonia de gênero que oprimiu e segue oprimindo outras formas de ser e estar no mundo. Os resultados mostraram que a invenção de gênero oprime, patologiza e cria necessidades reparatórias de adequação e subalternidade, assim como a Psicologia ocupou muitas vezes o lugar de um etnocentrismo e que é necessária a construção de uma Psicologia transgressora, que coadune com os direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência, Gênero, Transição.

RESUMEN

Este dossier tuvo como objetivo señalar cómo la idea de adolescencia es resultado de una construcción social y cultural, y alertar sobre el peligro de una transición obligatoria a la

¹ Doutor em Educação. Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto (UNIFASE) Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil.

edad adulta, que afecta a todos los sujetos posteriores a la infancia. Paralelamente, este texto buscó desnaturalizar la identificación de género, a través de una revisión bibliográfica, a partir de los trabajos de Philippe Àries y Neil Postman, “Historia social de los niños y las familias (1981) y la desaparición de la infancia (1999), respectivamente” para pensar sobre la idea de adolescencia, así como con las obras de Judith Butler y Paul Preciado: “Desfazendo Gênero (2004) y Eu sou o monstro que vos (2022), respectivamente” para discutir la idea de género. Buscar un diálogo que pueda transgredir la hegemonía de género que ha oprimido y sigue oprimiendo otras formas de estar en el mundo. Los resultados mostraron que la invención del género oprime, patologiza y crea necesidades reparadoras de adecuación y subalternidad, así como la Psicología ha ocupado muchas veces el lugar del etnocentrismo y que es necesario construir una Psicología transgresora y acorde con los derechos humanos.

PALABRAS-CLAVE: Adolescencia, Género, Transición.

ABSTRACT

This dossier aimed to point out how the idea of adolescence is the result of a social and cultural construction, and to warn about the danger of a mandatory transition to adulthood, which affects all post-childhood subjects. Parallel to this, this text sought to denaturalize gender identification, through a literature review, based on works by Philippe Àries and Neil Postman, “Social history of children and families (1981) and the Disappearance of childhood (1999), respectively” to think about the idea of adolescence, as well as with the works of Judith Butler and Paul Preciado: “Desfazendo Gênero (2004) and Eu sou o monstro que vos (2022), respectively” to discuss the idea of gender. Seeking a dialogue that can transgress the gender hegemony that has oppressed and continues to oppress other ways of being in the world. The results showed that the invention of gender oppresses, pathologizes and creates reparatory needs for adequacy and subalternity, just as Psychology has often occupied the place of ethnocentrism and that it is necessary to build a transgressive Psychology, which is in line with human rights.

KEYWORDS: Adolescence, Gender, Transition.

* * *

Introdução

Esse texto nasceu a partir das reflexões sobre o conceito de transição. No seu sentido mais literal, tem relação com “a *passagem de um lugar, de um estado das coisas, de uma condição a outra*” (Da Cunha, 2019, p.384). Em reflexões mais filosóficas e psicológica, podemos supor que esse seria um “*não lugar*” quem transita, só “*passar por*”, então como seria falar de uma fase, que descrevemos como uma fase de transição que é a adolescência? Seria então um não lugar? Um inexistir? E quando se associa a essa fase ainda a uma possível não identificação com o gênero “designado” por processos biológicos e historicamente culturais, teríamos aí dois processos de transição? Um de desenvolvimento e outro sobre a questão do que entendemos por gênero?

Em termos da Psicologia do Desenvolvimento, encontramos muito essa expressão, toda vez que vamos falar sobre essa etapa que sucede a infância e antecede a adultez, que podemos nominar de adolescência. E, essa palavra veio tomando uma proporção muito grande nos estudos sobre gênero nas últimas décadas. Nesse sentido, a expressão *transição de gênero*, sugere a saída de um “feminino” para um “masculino” (ou vice-versa) e é nesse lugar que desenvolvemos nosso argumento: a transição de uma infância para a adultez (chamada de adolescência) existe, porque produzimos culturalmente essas ideias, mesmo sabendo que nem sempre foi assim, que esses conceitos são inventados e desinventados, a todo instante.

Em relação a gênero, a transição só existe, porque estamos subordinados a invenção colonial e imposta de gênero, que normatiza e normaliza as expressões de gênero, e que ao mesmo tempo se baseiam no “direito” de oprimir as minorias sexuais ou outras expressões daquilo que entendemos como gênero, que excluem outras formas de existir, de identificar e desidentificar, resultando em relações de dominação, subordinação e colonialidade.

As normas sociais que constituem nossa existência carregam desejos que não se originam em nossa personalidade individual. A questão fica mais complexa pelo fato de que a viabilização de nossa personalidade depende, de modo fundamental, dessas normas sociais (Judith Butler, 2022, p. 12).

Ao partirmos da ideia de adolescência como um constructo social, cultural, histórico, aberto e polissêmico, diversas são as fontes e contextos que vão produzindo as suas subjetividades. A questão que se colocou nesse dossiê, foi a de conhecer como a noção de gênero atravessa e constitui a juventude? Como novamente, afirma Butler:

...do que pode significar desfazer concepções restritivamente normativas da vida sexual e generificada. Algumas vezes, uma concepção normativa de gênero pode desfazer nossa personalidade, sabotando nossa capacidade de perseverar em uma vida vivível (Butler, 2022, p.. 11).

No primeiro capítulo intitulado “*Construção ou constrição da adolescência*”, faz um paralelo entre a invenção e desaparecimento da infância, com fabricação de uma fase chamada de adolescência, com marcadores biológicos e jurídicos bem acordados socialmente. Aponta também um grande marco que é a construção de uma identidade e de uma personalidade. Em um primeiro momento, o dossiê faz uma crítica em relação à ideia de uma adolescência entendida como uma fase de transição e preparação para a vida adulta, assim como sobre o perigo de uma generalização de descrições e projeções para

essa fase, pois essa projeção de comportamentos esperados, suprimem outras formas de existir.

Já em um segundo momento: “*Compreensões sobre gênero*”, traz a discussão sobre o binarismo histórico que constituiu a ideia de gênero, suas normalidades e prescrições, e o que ele levou: a imposição de modos de ser adolescente, construiu padrões, que quando não são seguidos fielmente, produzem patologias ou necessidades sociais de reparação. E que nesse sentido, designar ou escolher gênero, além de ser uma ideia perigosa, parte de um “menu” de gêneros existentes naturalmente.

Se faz necessário registrar que o objetivo desse ensaio não é o aprofundamento epistemológico dos autores citados, e sim, uma aproximação de uma leitura mais fronteiriça, da qual inspiramos em autores como Paul Preciado (2022) e Judith Butler (2004), para pensar conceitos como: adolescência, fase, crise, gênero e transição, que possuem bases estáticas e pouco dinâmicas e em grande parte da literatura clássica da psicologia do desenvolvimento. A ideia é possibilidade outros olhares, outras perspectivas.

Metodologia

A pesquisa teve, inicialmente um caráter exploratório, devido a existência de poucos estudos históricos que tratassem da ideia de adolescência e gênero, como construção cultural. Trata-se de um tipo de metodologia que busca “levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho” (Severino, 2007, p. 123). A investigação se deu por meio de pesquisa bibliográfica, primeiro por livros de Philippe Ariès e Neil Postman, com suas obras: “*História social da criança e da família (1981)*; *O desaparecimento da infância (1999)*”, respectivamente, para conversar sobre a invenção e desaparecimento da infância, fazendo um paralelo com a ideia de adolescência, para depois trazer uma análise estrutural dos textos das(os) filósofas(os) Judith Butler e Paul Preciado, com os livros: “*Desfazendo gênero(2004)*; *Eu sou o monstro que os fala (2022)*” respectivamente.

Para alcançar os objetivos, o artigo faz uma reflexão sobre a perigosa ideia de “fase da adolescência” embasados em Ariès e Postman e, dos autores da Psicologia Erick Erikson (1902-1994) e Gordon Allport (1897-1967) para pensar na ideia de identidade e personalidade. Trazendo a filosofia de Butler (2004) e Preciado (2022) para um possível diálogo faltante na Psicologia, sobre gênero, discussões aqui alcançadas, pelos menos para apontar uma lacuna do ponto de vista formativo nas ciências psicológica.

Construção ou constrição da adolescência

Ao partirmos da compreensão das juventudes como constructo cultural, histórico, aberto, plural e polissêmico, retomamos a discussão de 1981 com o historiador francês Philippe Ariès em sua obra “*História social da criança e da família*” e com o crítico social Neil Postman (1999) em sua obra “*O desaparecimento da infância*”, quando ambos apontam que o conceito de infância foi fabricado, e que a todo momento esses constructos políticos culturais são, e podem ser reinventados.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância neste mundo(...) tal é nosso ponto de partida. Como daí chegamos às criancinhas de Versalhes, às fotos de crianças de todas as idades dos nossos álbuns de família? (Ariès, 2015, p. 17-8).

Ariès (1981) nos mostra que a ideia de infância experimentada hoje remete a ideia de uma relação de dependência que exige cuidado, proteção e responsabilidade, mas que nem sempre foi assim, pois essa visão de infância, fabricada culturalmente foi relegada historicamente a um sujeito tido como um adulto em miniatura, onde todos os cuidados de conversas inapropriadas, ou mesmo até o cotidiano sexual de um casal, não precisaria ser preservado diante da exposição desses “pequenos adultos”. Ou seja, toda essa ideia de proteção e cuidado à infância não existia, sendo criada somente depois.

Já em Postman (1999), encontramos com uma outra perspectiva, com toda a revolução ocorrida como a troca de informação impressa para a eletrônica, revolucionou a noção de tempo e influenciou definitivamente o modo de ser dessas infâncias, atravessadas pela influência sem barreira das tecnologias. Ou seja, o quando que esse acesso e exposição ao mundo dos adultos, puderam influenciar a subjetividade e o modo de ser das crianças, produzindo um efeito contrário: a adultização precoce, desinventando a infância.

Com Postman (1999) e Ariès (1981), entendemos a pluralidade da fabricação do conceito de infância, que de um lado, crianças que são desejadas e assistidas, e de um outro, precisam desde cedo sair de suas casas para trabalharem, vendendo balas nos sinais das grandes capitais para ajudar o orçamento, outras que são vítimas de todo tipo de violência, com por exemplo, crianças que até hoje, embora seja uma prática criminosa e proibida em vários países, ainda são vítimas do processo de ablação do clítoris (Tomazoni

e Both, 2017). A pergunta que fica é: quando falamos em infância, de qual infância estamos falando?

E nesse raciocínio vamos nos aproximando da questão da adolescência. Seria esse também um conceito fabricado? Entendemos que essa juventude também é uma categoria inventada e que assim como a infância, não pode ser inscrita em uma lógica de fase de passagem obrigatória. A atribuição de uma adolescência como um período de experimentação obrigatória do sujeito, é uma grande falácia.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o conjunto de normas do ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção dos direitos da criança e do adolescente, ele faz uma marcação de uma adolescência como uma fase que corresponde dos 12 aos 18 anos de idade, assim como o artigo 227 da Constituição Federal (CF) (Brasil, 1988) sinaliza que, são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeito às normas da legislação especial, esses documentos instituem marcadores jurídicos da adolescência.

Do ponto de vista biológico, após o período da infância, algumas alterações físicas, cognitivas e hormonais, inscreve o sujeito no que entendemos como puberdade e, o que os estudos da Psicologia nas últimas décadas vêm trazendo, é que o grande marco desse período, é a construção da identidade e da estruturação da personalidade. Sobre o primeiro, a identidade, Erikson (1972) aponta que esse constructo, implica em definir quem a pessoa é, quais são os seus valores e quais direções deseja seguir, compreendendo os seus quatro grandes estatutos: profissionais, ideológica (política, religiosa), interpessoal e sexual e esse mesmo autor, aponta uma ideia de “crise” nesse período de adolescência e que a resolução dessa crise, seria um estabelecimento de um projeto de vida adulta.

Especificamente sobre a personalidade, que segundo Cattell (1975) é um conjunto de traços que predispõe o indivíduo a agir de determinada forma, nas mais diversas situações e, segundo Allport (1966, p.85): “*Uma organização dinâmica, dentro do indivíduo, dos sistemas psicofísicos, que determina seu ajuste único ao ambiente*”, sendo concluída aos 18 anos, esse inclusive esse é um dos fundamentos que podem sustentar a inimputabilidade das ciências jurídicas e a proibição de diagnóstico de transtorno de personalidade nas ciências psicológicas, uma vez que somente após 18 anos o constructo da personalidade estaria formado.

É muito comum referenciar a adolescência como uma fase de transição, como se fosse uma fase preparatória para ingressar na vida adulta. Essa compreensão da

adolescência como uma transição é no mínimo, equivocada. Equivocada por que não existe nenhum preparatório para o ingresso na vida ideal adulta e também, quando buscamos atravessar indicadores socioeconômicos, esse conceito de fase estruturada ou fase natural de desenvolvimento, começa a ser desconstruída.

Pelas mesmas razões explicitadas anteriormente, em relação às infâncias menos favorecidas, essa categoria construída historicamente chamada de adolescência também é afetada. Quanto menos favorecidas socioeconomicamente, maior encurtamento, ou mesmo uma não existência dessa fase, sendo ligeiramente substituída por uma adulez precoce (Arruda, 2021).

[...] a experiência ensinou-me que a história das diversas formas de racionalidade é, às vezes, mais bem-sucedida em abalar nossas certezas e nosso dogmatismo do que uma crítica abstrata. Durante séculos, a religião não pôde suportar que se contasse a sua história. Hoje nossas escolas de racionalidade não apreciam que se escreva sua história, o que é sem dúvida significativo (Foucault, 2010, p. 281).

A ideia universal da adolescência trouxe consideráveis prejuízos, pois invisibilizamos outras formas de existir, de como muitas vezes, a família e o Estado podem negligenciar os cuidados básicos e direitos fundamentais desse jovem. E mais, construímos uma taxonomia da adolescência, incluindo formas de ser e de viver, no aspecto físico, cognitivo, social, sexual, de gênero, entre outras. E por falar em gênero, é devido apontar a desconstrução criticamente da naturalização de gênero, de um gênero dado a priori, especialmente por uma definição biológica.

Na Psicologia, existe um violento e polêmico caso, o de David Reimer (Jesus, 2014, p. 625). Por conta de uma castração acidental aos 8 meses, devido a uma cirurgia de circuncisão e como na época não havia cirurgias de reconstrução, decidiram amputar o pênis do bebê, com a crença que a sexualidade estaria vinculada à questão da genitália, acreditou-se que tudo estaria resolvido. Com o passar do tempo mesmo com todo tratamento hormonal, o David (forçadamente Brenda) teve toda uma vida conturbada, tentando suicídio por 03 vezes, “decidiu” entrar com estrogênio, fazer mastectomia e “voltar” ao gênero no qual sempre se sentiu existente (Marisa Corrêa, 2004).

As questões que se estabelecem aqui são a de pensar na decisão de amputação para conformar a ausência de pênis ao gênero feminino, ou seja a colonial relação da existência de gênero com sua vinculação aos determinantes biológicos: pênis e vagina; a de pensar em que medida a formação em Psicologia leva em conta fatores culturais e sociais na formação de gênero desse adolescente? Por mais que os discursos, narrativas e

talvez até a compreensão seja diversa e plural, partimos de uma formação de Psicologia que constrói uma taxonomia para enquadramento de uma ideia de adolescência e também institui, basta ver autores e teorias que atravessam a formação *psi* uma naturalização de gênero. Não podem ficar duas citações assim, juntas e sem comentários.

Depois de uma série de visitas a vários psicólogos que poderiam me conferir um certificado de “bom transexual”, o que me permitiria obter meus novos documentos de identidade, logo compreendi que havia diante de mim duas possibilidades: de um lado, o ritual farmacológico e psiquiátrico da transexualidade domesticada, e com ele um anonimato de uma masculinidade normal, e de outro, e em oposição aos dois, o espetáculo da escritura política (Preciado, 2022, p. 27).

E aponta como a suposta liberdade de gênero é fabricada:

Foi assim que escapei de meus domesticadores médicos, que se pareciam muito com vocês, caros acadêmicos e psicanalistas. Digamos que não tive outra via, sempre assumindo que não se tratava de escolher a liberdade, mas de fabricá-la (Preciado, 2022, p. 28).

Preciado (2022) denuncia o quanto que a Psicanálise, assim como a Psicologia, são etnocêntricas, pois elegeram uma forma de pensar gênero: masculino e feminino, desconsiderando outras formas de existir trouxe isso como um marcador geral, um definidor da ideia de gênero. Mesmo que mais recentemente diversos estudos vêm apontando para esse marcador como produtor de adoecimentos psicológicos.

O ponto chave dessa questão é notificar que boa parte da história da Filosofia e da Psicologia, partem de um pressuposto da existência do masculino e o feminino, com seus devidos corpos e direção de desejos (dentro das designações LGBTQQICAAPF2K+...) e, quem não se reconhece dentro da imposição criada de gênero, deverá esperar sua maioria jurídica (com sofrimento), ser diagnosticado com disforia de gênero, para depois ter seu direito legal de transição seja ela jurídica, ou física, se houver necessidade para o sujeito.

Alguns aspectos precisam ser novamente pensados: mesmo que todo esse violento caminho seja experimentado, o sujeito após ter vencido essa batalha, herdará para sempre a terminologia “*trans*”, “*homem trans*” ou “*mulher trans*”, ou seja, caímos em uma outra prisão criada: a necessidade de estar, do ponto de vista de gênero, em algum lugar: no masculino ou no feminino, e no caso do “*trans*”, aquele que transita, aquele que caminha, aquele que aparentemente não chega ao lugar do gênero.

É nesse lugar que voltamos à “fase da adolescência”, fase essa historicamente favorável para estabelecer o gênero apropriado culturalmente e afirmar três problemas do

qual esse artigo se debruçou: em desconstruir a ideia de infância, de adolescência e definitivamente desnaturalizar a ideia de gênero.

Compreensões sobre gênero

Tendo a puberdade com um marco fisiológico da saída do que entendemos como infância, compreendemos que esse sujeito, ao despertar-se para outros interesses de sua sexualidade, interage com um mundo posto, com regras mais ou menos estabelecidas, com padrões e conformidades, de modo a construir sua identidade em termos biopsicossociais.

Porém, essas normas que atravessam as nossas existências, já trazem desejos, práticas e ideologias que não se originam em nossa personalidade individual (Butler, 2004), daí a primeira questão que colocamos é a de pensar o que acontece quando por parte do sujeito adolescente, não existe uma identificação, do ponto de vista do gênero com as tais normas e expectativas sociais? Patologizamos ou concertamos? Se um adolescente inscrito no “gênero masculino” não se encaixa nas atribuições sociais esperadas para essa categoria, o que fazer? Disforia de gênero? Processo transexualizador para uma conformação?

Então, a saída de quando um sujeito que não se identifica com a noção de gênero atribuída socialmente para ele é a patologização ou a obrigatoriedade de uma conformação? Por que a saúde ou a normalidade da construção de gênero na adolescência, seria a identificação com uma categoria dominante que definiu gêneros? Essa relação de identificação entre dominador e dominado, já foi bem explicado por Frantz Fanon² (1925-1961), a tentativa aqui é a de indagar sobre o porquê dessa obrigatoriedade de identificação, o que foi que ocorreu no nosso processo educacional e cultural que instituiu a naturalização da ideia de categorias de gênero?

Butler (2004) em seu livro “Desfazendo gênero” aponta que ao defender que a ideia de gênero deva ser definida por designação (de construções históricas e sociais) ou escolha, é um problema. No primeiro caso – a designação, ela seria uma imposição, já no segundo caso – a escolha, invariavelmente navegaríamos por normas que, ou estão dadas de antemão e antecedem qualquer escolha, ou se encontram articuladas em conjunto por outras agências minoritárias. Então a questão é: por que precisamos de gênero? Por que

² Psiquiatra e filósofo natural das Antilhas francesas da colônia francesa da Martinica, que escreveu o livro “Peles negras e máscaras brancas (1952)”

o adolescente que não se identifique com alguma expressão de gênero, adquire o sobrenome “trans”?

Hoje vejo com clareza: se não tivesse sido indiferente ao mundo ordenado e supostamente feliz da norma, se não tivesse sido abandonado pela minha própria família, se não tivesse preferido minha monstruosidade à heteronormatividade social, se não tivesse optado pelo meu desvio de gênero ante a saúde sexual de vocês, eu jamais teria conseguido escapar...ou para ser mais preciso, me descolonizar, me desidentificar, me desbinarizar (Preciado, 2022 p. 34)

Preciado (2022) em sua obra “*Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*”, sinaliza o quando que teve que conhecer a rejeição e a exclusão da sociedade, para não aceitar a norma imposta, mas o quando que foi menos doloroso, do que destruir a sua potência vital. Conhecer suas vicissitudes, seus desafios, foram ao mesmo tempo maneiras políticas de desconstruir gênero, sexo e sexualidade e mais: foi extremamente importante para constituição de um saber dissidente diante das linguagens hegemônicas da psicologia, das neurociências e da psicanálise (Preciado, 2022).

Voltamos aqui a pensar de novo no processo de construção da identidade do adolescente que acostumamos a incluir a suposta (ou imposta) “identidade de gênero”. Esse momento de construção de quem eu sou, é o grande marco da adolescência, conforme aponta os estudos da psicologia do desenvolvimento (Oliveira, 2006). Mas como seria a construção para um adolescente que não se reconhece dentro do “menu” de opções sociais que designaram para ele? Se constituir fora do regime epistêmico e também político, quando linguagens, corpos, formas de raciocinar, arcabouço cognitivo ainda não foram acordados socialmente, é muito difícil (Preciado, 2022).

O binarismo do gênero é imposto desde muito cedo, com uma suposta ideia de que seria um desejo naturalizado e isso é reforçado por décadas, desde a escolha de nomes, chás de fraudas, chás revelações, decoração de quartos, etc. E, espera-se que a apropriação seja realizada de acordo com a projeção cultural somado a uma lógica cromossômica. O não atendimento dessas expectativas, seja pela criança ou adolescente, é inscrita no lugar da patologia, do desvio.

A existência do diagnóstico de questões vinculada a gênero existe por conta de uma epistemologia heteronormativa e colonial que normalmente não é questionada e está posta como “natural”. As outras expressões de gênero ou melhor, todas as múltiplas maneiras de se expressar gênero existem fora de uma epistemologia colonial, sem uma perspectiva adoecedora ou mesmo com a necessidade de uma correção. A grande questão

é que as variadas e plurais formas de se colocar no mundo, foi e é capturada por discursos de poder? Que moldou, normalizou, normatizou a vida do outro, a partir dos seus referenciais coloniais, de gênero, raça e etnia.

É didático novamente resgatar a reflexão sobre a transição de gênero, para compreender o amplo horizonte de discussão que reside sobre o tema. Aqui elencamos novamente a polissemia do termo. Atribuímos a adolescência como uma fase de transição assim como, o sujeito que ao se deparar com uma expressão de gênero que não coaduna com os seus desejos, também uma necessidade de “transitar”.

Transição no primeiro caso, seria ao processo que leva da infância à adultez e no segundo, o processo médico-legal, às vezes, só o legal, que leva supostamente da feminilidade à masculinidade (ou vice-versa). Essas expressões dão a impressão de trânsito de um lugar a outro.

Em geral é enunciado assim: estou fazendo minha transição...a expressão parece indicar um trânsito de um lugar a outro...a pessoa trans é representada com uma espécie de exilado que deixou para trás o gênero que lhe foi designado ao nascer (como quem abandona sua nação) e procura ser reconhecido como cidadão potencial de outro gênero. O estatuto da pessoa trans é, em termos político-legais, semelhante ao do migrante, do exilado e do refugiado. Todos eles se encontram num processo temporário de suspensão de uma pessoa política... Falta de reconhecimento legal e de suporte biocultural nega soberania aos corpos trans e migrantes, situando-os numa posição de alta vulnerabilidade social (Preciado, 2020, p. 222).

O autor novamente aponta o quanto é violento o direito de existir em termos de gênero que não coadune com as perspectivas e expectativas sociais.

Os que os trans estão solicitando ao pedir mudança de gênero ou asilo são as próteses administrativas (nomes, direitos de residência, documentos, passaportes) e bioculturais (alimentos, medicamentos ou compostos bioquímicos, refúgio, linguagem, autorrepresentação) necessárias para que possam construir como ficções políticas vivas. A chamada “crise” dos refugiados ou o suposto “problema” das pessoas trans não serão resolvidos com a construção de campos de refugiados ou de clínicas de redesignação sexual (Preciado, 2020, p. 222).

Todos esses questionamentos nos levam a pensar na urgência em sairmos desse lugar de discutir a transição de corpos, gêneros, fases cognitivas e emocionais de desenvolvimento, para uma discussão de transição política, educacional e acadêmica. Estamos historicamente repletos de autores e teorias eurocêntricas, binárias e com muitas categorias taxonômicas de avaliação do outro.

Pois uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação de uma história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e de conhecimento. Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento. Quem sabe? Quem pode saber? E o saber de quem? (Grada Kilomba, 2020, p. 13)

E o tempo todo, essa obra vem apontando sobre a necessidade de repensar sobre a linguagem, pois sabemos que a nossa cognição, nossa, subjetividade, nossos pensamentos e logo, nossas emoções e comportamentos estão ancorados também na linguagem. Por isso a necessidade de olhar de novo sobre a dinâmica da linguagem.

No inglês original, o termo *subject* não tem gênero. No entanto na tradição para o português é reduzida o gênero ao masculino: o sujeito – sem permitir as variações de gênero – a sujeita – ou nos vários gêneros LGBTQIAPN+...é importante compreender o que significa uma identidade não existir na sua própria língua escrita ou falada, ou ser identificada como erro (Kilomba, 2020, p. 16).

É o branco que escreve sobre racismo (não que não possa), mas onde está o negro ocupando esses espaços para falar sobre suas condições? É o homem falando sobre feminismo, o hétero escrevendo sobre a homossexualidade, o adulto escrevendo sobre a adolescência e, inspirados na filósofa indiana, Gayatri Chakravorty Spivak (2010, p. 48), “Pode o subalterno falar”? porque essas vozes não aparecem, ou aparecem tão pouco na academia?

Aprendemos com Butler (2004), que considerando que a ideia de gênero possa existir, ele não implica na direção do desejo, logo, como criaram essas categorias de gênero a partir da direção do desejo? É urgente pensarmos na transição política, para descolonizar a histórica colonialidade do ser, do saber e do poder. É preciso debater sobre as imposições de gênero para criar condições de avanço para outro tipo de sociedade e outros pactos civilizatórios.

Considerações finais, porque é preciso concluir

Vimos que a ideia da infância foi criada, ou seja, que não havia grandes preocupações com seus corpos, cognições, com a sua existência. A infância foi, em determinado momento histórico, um não lugar. Depois de sua criação, toda ideia de cuidado, adestramento, e encaixe dentro do que se esperava dessa fase, em relação ao seu modo de ser, viver, se expressar, especialmente em termos de gênero.

Após o seu desaparecimento, com o processo de adultização precoce, muito vindo pelo uso das tecnologias, conforme apontou Postman (1999), começou a discutir também questão da adolescência, com todos seus marcadores biológicos e jurídicos, e principalmente a falsa ideia de uma fase preparatória para a vida adulta.

Vimos que o grande marco da adolescência é a construção da identidade e que dentro desse escopo, a ideia de gênero é urgência. É desse lugar que a centralidade desse texto se fez: desde a invenção da infância e adolescência, a hegemonia colonizadora de gênero, naturalizou formas de ser e estar no mundo e oprimiu outras formas de existência.

E nesse caso, o adolescente que não se reconhecer, se identificar, dentro da imposição criada, deverá esperar com todo sofrimento psíquico e social sua maioria jurídica, para consertar o erro de não identificação e começar seus reparos jurídicos e sociais. Por que afinal, o que sobraria para esse adolescente? Ficar à margem da vida?

Nessa esteira, voltamos à mesma discussão: sobra a ele aderir a hegemonia colonizadora de gênero: masculino ou feminino! Ou seja, você precisa estar em algum desses lugares, mesmo que com uma denominação que será eternamente de transição: homem trans ou mulher trans, porque não se tem espaço para outra designação de gênero. Ou, ele não se subalterniza a essa lógica violenta, aprende a transgredir, buscando manter sua potência vital, mesmo que sofra discriminação, preconceitos e experimente a mais pura solidão.

Historicamente, os defensores de uma adolescência saudável, inclusive com o endosso das ciências psicológicas, apelam para uma adolescência que eles mesmos construíram, que considera de antemão submetida a uma norma de gênero instituída. E aí nos cabe pensar, em que medida a Psicologia não foi um etnocentrismo, que construiu uma ideia de adolescência “natural”, quase universal. É preciso construir uma Psicologia transgressora, que possa olhar para lugares que sempre estiveram ali, mas que não foram notados. Pois, em termos de históricos da Psicologia, lutamos para sair de um não lugar de infância e adolescência e caímos em um não lugar de gênero, quando saímos do binarismo histórico de feminino e masculino.

Toda essa discussão apontou para a necessidade de uma aproximação do pensamento decolonial, ou seja aproximar das discussões domo decolonialidade na psicologia, às questões de gênero e principalmente, olhar para lugares e discussões (que já estavam ali), mas que academicamente não conseguimos enxergar com tanta nitidez, sobretudo, da urgência em reconhecer esses lugares (e outros lugares), essas histórias (e outras histórias) em uma tentativa esperançosa de anunciar outras formas de compreender

gênero tanto na Psicologia quanto na Filosofia. Historicamente, “herdamos” uma lógica de enxergar situações e comportamentos corriqueiros da vida que se afastam de uma “média psicométrica colonialmente forjada”, como se fossem objetos de abordagem de profissionais de saúde, a exemplo das questões de gênero.

O ponto de partida se iniciou na busca do entendimento de uma suposta (ou imposta) supremacia na cisnormatividade ou heteronormatividade, que criou uma relação de subalternidade em relação a outros grupos, como também outros tipos de dominações (quase que “naturais”) em esferas, como na política, na cultura, na economia, nas regiões do país, na educação, entre outros. Essa relação tácita de dominação, assegurou privilégios e relegou péssimas condições de vida, de acessos, de oportunidades para os grupos subalternizados.

E, qualquer reflexão sobre ações afirmativas, cotas, qualquer possibilidade de ressarcimento de uma dívida histórica é encarada muitas vezes como injusta, pois o alcance de alguns lugares e oportunidades devem vir a partir do mérito e não por questões raciais ou de gênero (discurso perigosamente construído). Mantemos ainda essas relações de subalternidades nas esferas supracitadas, mas procuramos nesse texto, apontar apenas questões referente a gênero. Entendemos que esses movimentos, textos e reflexões, desestabilizam as relações de colonialidade, possibilitando a construção de contranarrativas que trazem novas perspectivas e ações políticas contra a violência colonial.

Será possível a construção de um olhar não a partir do histórico colonial que forjou um padrão de gênero, mas o inverso, olhar o sujeito a partir dele mesmo, considerando seus aspectos, sociais, políticos, culturais e suas idiossincrasias? A questão posta aqui visou reconhecer a subalternidade e colonialidade em relação às discussões de gênero na Psicologia e buscou apontar desdobramentos teóricos, metodológicos e epistemológicos.

Referências

ALLPORT, Gordon Willard; LEITE, Dante Moreira. *Personalidade: padrões e desenvolvimento*. São Paulo: Herder, 1966.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Livros técnicos e científicos São Paulo: LTC 1981.

ARRUDA, Jalusa Silva de. Breve panorama sobre a restrição e privação de liberdade de adolescentes e jovens no Brasil. *O Social em Questão*, v. 1, n. 49, 2021. Disponível em:

<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51140/51140.PDF> Acesso em 04 de março de 2024.

BRASIL. *Estatuto da Criança e Adolescente*. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Brasília, 1990.

BRASIL, Senado Federal. *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CATTELL, Raymond Bernard. *Análise científica da personalidade*. São Paulo: IBRASA, 1975.

DA CUNHA, Antonio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lexikon Editora, 2019.

ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e risco*. Cidade: Editora, 1972.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. São Paulo: Leia, 2013.

JESUS, Dánie Marcelo de. *Educados no sexo neutro: a construção discursiva de sexualidade e de gênero em um texto da revista Veja*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 14, p. 613-634, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. *Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica*. *Psicologia em Estudo*, v. 11, p. 427-436, 2006.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/pB6Rn6NbJgKzRb3dvn35qtn/abstract/?lang=pt> Acesso em 22 de fev de 2024.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRECIADO, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

Bruno Cardoso *et al.* *Afeganistão: Quo Vadis?* Lisboa: IDN Brief, 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte:UFMG, 2010.

TOMAZONI, Larissa; BOTH, Laura Jane Ribeiro Garbini. *Mutilação Genital Feminina na América Latina: as mulheres Embera-Chamí e Shipibo-Conibo*. Cadernos da Escola de Direito, n. 27, p. 134-155, 2017. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3860>

Acesso em 01 de março de 2024.

Recebido em março de 2024.

Aprovado em junho de 2024.

Revista
Diver  **sidade**
e Educação